

Corrêa da Costa acha que as regras do jogo poderão ser alteradas

por Norton Godoy
de Brasília

A limitação das taxas de juros, com capitalização do que ficar acima do limite fixado, é a tese que encontra melhor receptividade junto às autoridades e banqueiros norte-americanos, entre as muitas que têm sido aventadas para melhorar as condições de negociação da dívida externa latino-americana. Essa pelo menos é a opinião do embaixador brasileiro em Washington, Sérgio Corrêa da Costa, consultado ontem por este jornal.

A crescente movimentação articulada dos governos latino-americanos, no sentido de tentar modificar certos parâmetros comuns de negociação do débito externo, poderá surtir um efeito significativo nas administrações públicas e privadas dos Estados Unidos. Como profundo conhecedor destes dois setores da vida norte-americana, nos quais possui trânsito elogiável, o "feeling" do embaixador Corrêa da Costa é otimista.

Acredita que certas regras do jogo da negociação podem ser alteradas, caso a próxima reunião dos chanceleres e ministros das Finanças dos governos latino-americanos produza uma plataforma ou plano de ação mostrando que não podem continuar a rolar suas dívidas segundo os mesmos termos e condições do passado. Corrêa da Costa contou que, semana passada, numa reunião informal com certas autoridades e banqueiros em Nova York, traçou a estes um paralelo entre a operação de salvação do Continental Illinois Bank, executada pelo Tesouro norte-americano, e a solicitada operação de salvamento das economias latino-americanas. "Disse a eles que, da mesma forma que a operação do Continental Illinois foi feita para evitar a quebra do banco, se deve fazer alguma coisa para que a economia latino-americana também não quebre."

Na medida em que os países latino-americanos se puserem de acordo junto aos credores dos Estados Unidos, podem produzir uma solução alternativa para o problema da dívida externa, disse. Aliás, essa

defesa não é novidade no que diz respeito ao embaixador, já que foi uma das primeiras autoridades brasileiras a expor publicamente esta tese. Em meados de abril último, o jornal The New York Times e a Gazeta Mercantil publicaram um artigo assinado pelo embaixador Corrêa da Costa, onde explicitava esta defesa.

O mesmo jornal norte-americano, segundo o embaixador, publicou no início da semana um editorial que incorpora o espírito e endossa o sentido da ação coordenada dos governos latino-americanos, traduzida na carta dos presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e México emitida no último sábado. "O New York Times evidencia então que estamos seguindo pelo caminho correto", acrescentou.

A propósito, uma fonte da Embaixada dos Estados Unidos disse ontem a este jornal que esta ação que se arma agora pode ser interpretada como mais um "step" no trabalho de convencimento sobre a necessidade de mudanças. A fonte explicou que este tipo de trabalho é muito difícil porque a realidade é bastante complexa, envolvendo mais de setecentos bancos que vivem num mercado sensível. Para o embaixador Corrêa da Costa, estes mesmos bancos têm de se convencer que um aumento na taxa de juros só encoraja os argumentos para uma reação forte dos devedores.

Outro fato marcante, de acordo com o embaixador, é que a recente operação de ajuda à Argentina, propiciada pelo Brasil, México e Colômbia, demonstrou que a dívida externa para com os bancos privados configura também um problema político. "Este forte vínculo de interesses próprios talvez constitua o melhor ponto de partida para a ação", afirmou. Embora os credores não acreditem, uma elevação na taxa de juros é recebida como uma "punição" nas sociedades devedoras. Repetindo uma interrogação de seu artigo, disse o embaixador: "O que poderia ser mais desalentador para o Brasil, que se dar conta de que o aumento de um ponto percentual na taxa significa que passamos a dever mais US\$ 700 milhões por ano?"